

# Sarney vê tempo ruim para Aliança

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

"Nuvens negras pairam sobre a Aliança Democrática." Esta foi a expressão usada ontem pelo presidente José Sarney ao receber parlamentares em seu gabinete para discutir o impasse criado na Assembleia Nacional Constituinte depois que o PFL

retirou-se do plenário para não aprovar o projeto de regimento interno proposto pelo PMDB. Segundo o presidente, o episódio reforça a necessidade de entendimentos entre os políticos e a criação de novos "canais informais" para negociar um acordo.

O senador Gerson Camata (PMDB/ES) revelou que o presidente Sarney instruiu o deputa-

do Ulysses Guimarães a definir uma estratégia durante o carnaval para evitar que a discussão sobre o regimento se arraste por mais tempo e desgaste a Aliança. O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (BA), era esperado pela manhã no Palácio do Planalto mas não apareceu, tendo cancelado também uma audiência com o minis-

tro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel.

A situação tende a se agravar, na opinião que o presidente transmitiu aos parlamentares, quando forem discutidos os temas que envolvem interesses diretos do Executivo. "A Constituição precisa ser resultado de um consenso. Ao final dos trabalhos constitucionais, não podere-

mos ter uma Carta dividida entre os que apoiam e os que são contra. Ela deve ser fruto de um consenso", advertiu o chefe do Executivo, que dedicou toda a manhã de ontem a conversas com constituintes. O deputado Carlos Cotta (PMDB/MG) disse que o presidente José Sarney estava sendo discreto, para não dar margem a interpretações de

que está intervindo nos assuntos da Assembleia Nacional Constituinte. Stélio Dias, do PFL do Espírito Santo, informou que o presidente, apesar disso, entendia a atitude de seu partido ter-se retirado do plenário, deixando o PMDB sem quórum suficiente para aprovar a polêmica questão da soberania da Assembleia Nacional.

## Líderes tentam reiniciar diálogo

Cafeteira descobre  
maioria moderadaBRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O confronto de quarta-feira entre o PMDB e o PFL configurou uma nova base de sustentação do governo na Constituinte, somando um número de parlamentares superior à maioria absoluta, reunindo os 118 liberais, 20 petebistas, o PDS e representantes do PMDB que, no momento preciso, acompanharia o líder do governo, Carlos Sant'Anna. A avaliação é de autoridades com gabinete no Palácio do Planalto.

Segundo o governador eleito do Maranhão e amigo pessoal do presidente da República, Epitácio Cafeteira, os deputados e senadores do PMDB, quando iniciaram as discussões para votação do artigo 57 do projeto de regimento, que institui a figura do "projeto de decisão", na verdade foram levados a votar contra o PFL, e não perceberam que o alvo final do movimento era José Sarney. Segundo Cafeteira, a Aliança Democrática nunca se consolidou. Os dois partidos, a seu ver, são como duas moças que têm o mesmo namorado (Sarney) e a luta, agora, é para ver quem fica com a simpatia dele.

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, reuniu ontem em sua residência oficial os líderes do PMDB e do PFL, para reiniciar o diálogo em torno da aprovação do Regimento Interno. Depois de hora e meia de conversa, eles saíram dizendo que o consenso é possível e que marcaram novas rodadas de negociações para hoje e amanhã — o regimento da Constituinte deve ser votado no dia 10, segundo previram os líderes. "A ordem é só deixar Brasília quando o entendimento for concretizado", informou o líder do PFL, José Lourenço.

Ulysses Guimarães, por sua vez, declarou que o entendimento não deverá implicar a derrota de nenhuma das partes, mas uma proposta que atenda aos interesses da Constituinte. O líder do PMDB, deputado Luiz Henrique, destacou que a conversa foi importante para possibilitar a aprovação da matéria o mais rapidamente possível.

Segundo José Lourenço, todas as divergências foram postas na mesa e a conversa serviu também para quebrar o clima de confrontação das duas bancadas. "Eu disse hoje, diversas vezes, que queremos o entendimento. Agora acho que isso é possível", salientou. Estiveram na reunião também o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, e o vice-líder do PMDB, deputado João Hermann. Foi notada a ausência do líder da

maioria, deputado Carlos Sant'Anna, mas ninguém soube explicar por que ele não participou do encontro. "O anfitrião é o dr. Ulysses" — disse Lourenço.

### ALIANÇA

Na verdade, tanto o presidente José Sarney quanto o deputado Ulysses Guimarães estão empenhados em preservar a Aliança Democrática, reabrindo as negociações entre o PMDB e o PFL e, do dia 10 em diante, conseguir a votação do projeto de regimento interno da Constituinte. Anteontem à noite, Sarney foi à residência de Ulysses cumprimentar o dono da Mora Guimarães, que estava fazendo aniversário, e aproveitou para conversar com o presidente da Constituinte. "Precisamos ficar juntos, precisamos trabalhar juntos, dr. Ulysses, porque, se não, quem vai sofrer é o nosso Brasil" — disse o presidente da República. Ulysses Guimarães concordou e tratou de convocar a reunião de líderes de ontem à tarde. Durante a reunião de aniversário de dona Mora, o presidente estava descontraído, mas alguns presentes notaram um certo constrangimento por parte de Ulysses pelo que havia ocorrido pouco antes, no plenário da Constituinte: a falta de quórum da bancada do PMDB para votação do regimento.

Ontem, Ulysses fez questão de negar o rompimento da Aliança Democrática, em razão do impasse criado pelo PFL na votação do regimento. A seu ver, esses "abalos" são normais nas alianças: "É como briga de

casal, que não dá em divórcio nem dá em desquite". Advertiu, contudo, que o regimento existe para resolver e não para tornar as coisas insolváveis: "Se o próprio regimento já constitui um impasse, é a negação da condução dos trabalhos da Constituinte".

A respeito da preocupação do presidente Sarney com a possibilidade de ruptura da Aliança, comentou: "Não é preocupação. O presidente Sarney está interessado em saber como as coisas caminham na Constituinte. Qualquer presidente da República, em qualquer país do mundo, desde que seja responsável, ficará interessado". E ressaltou que acredita no entendimento e numa "solução honrosa, sem vencedores nem perdedores".

Sobre as possíveis turbulências que terá de administrar em votações futuras da Constituinte, Ulysses salientou que vai sempre procurar entendimentos prévios sobre os grandes temas constitucionais. Quando se discutir, por exemplo, o presidencialismo ou o parlamentarismo, notou, "ninguém vai fechar questão sobre isso. Cada companheiro votará de uma forma. Mas naquilo que for fundamental, estou certo de que estaremos sempre unidos". Mas não quis antecipar de que forma o impasse do regimento interno será solucionado: "Detesto impasses, mas acredito que quem procura encontra. Não estou falando em tira artigo, põe artigo, falo em entendimento político".



## O presidente espera que haja acordo logo

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente Sarney fez um apelo ao entendimento entre os constituintes e, principalmente, entre integrantes do PMDB e do PFL, que formam a Aliança Democrática, para encontrar solução comum capaz de permitir a votação do regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte. Sarney considerou muito positiva a manobra regimental de quarta-feira, à noite, que provocou o adiamento da votação do regimento interno, na prática para depois de 9 de março. Em sua opinião, nos próximos dias serão criadas condições para reabrir as negociações entre as várias bancadas, notadamente entre o PMDB e o PFL.

Os comentários do presidente da República foram feitos ontem de manhã, durante audiência com a bancada federal do PMDB de Pernambuco, no Palácio do Planalto, tendo à frente o governador eleito, Miguel Arraes. Pelo que disseram participantes do encontro, o deputado Maurício Ferreira Lima — um dos líderes do grupo pró-soberania da Constituinte — informou ao presidente que apresentaria uma proposta conciliatória, para definir projeto de decisão, dispositivo que provocou todo o desentendimento. Com a redefinição, não haveria mais possibilidade de a Constituinte alterar a atual Constituição. O projeto de decisão só seria utilizado em caso de grave ameaça ao funcionamento da Assembleia Constituinte. De acordo com parlamentares pernambucanos, Sarney não se opôs à ideia.

Na véspera da audiência do Planalto, entretanto, Miguel Arraes, reunido com a bancada do PMDB pernambucano na Constituinte, conseguiu apoio unânime à posição do líder do partido na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC), contra a posição do líder do governo, Carlos Sant'Anna.

Arraes disse aos constituintes pernambucanos do seu partido que não tem nada contra Sarney. Mas, na sua opinião, seria interessante a criação dos chamados "projetos de decisão", permitindo à Constituinte alterar a Constituição vigente, que poderiam ser "disparados" se a situação piorar ainda mais, "se desandar muito".

### Novas Tentativas

Nos corredores do Congresso o comentário é de que o adiamento da votação do regimento interno abriu caminho para nova negociação. Até

o dia 9 ou 10 de março haveria condições de o governo reaproximar PMDB e PFL com a intermediação de ministros, governadores eleitos e outras autoridades.

Quarta-feira, apenas três governadores eleitos conseguiram convencer a maioria das respectivas bancadas a seguir a orientação do líder do governo, Carlos Sant'Anna — Rio, Maranhão e Minas. Epitácio Cafeteira (MA) preferiu agir "ao vivo", comparecendo ao plenário e convencendo os seus constituintes a sair. Orestes Quêrcia, de São Paulo, com pouco tempo para atuar, conseguiu poucos votos — seis ou sete entre os 31 constituintes do PMDB paulista. Moreira Franco conseguiu adesão da grande maioria dos fluminenses, e o mineiro Newton Cardoso, dos 37 constituintes, poderia garantir à posição do governo federal pelo menos 30 votos, se houvesse o confronto PMDB-PFL.

Na sala do café da Câmara, os comentários mais ouvidos são de que, com mais de dez dias para "acalmar" os mais entusiasmados com a tese da soberania da Constituinte, o governo, o PFL e Carlos Sant'Anna podem ter êxito. Há cargos por preencher em escalões importantes e nos secundários de órgãos federais, e emissoras de rádio para conceder.

Além disso, os incidentes de quarta-feira devem ter alterado o líder do PMDB, Luiz Henrique, e seus seguidores. O rompimento com o Partido da Frente Liberal não deu certo. Só foi possível conseguir 238 constituintes na verificação de quórum pela presença, no plenário, de representantes do PDS, do PL e outros pequenos partidos. A maioria absoluta — 280 — foi registrada com a presença da deputada-constituinte Wilma Maia, do PDS do Rio Grande do Norte. Vários moderados do PMDB e constituintes de pequenos partidos, como Roberto Cardoso Alves e Itamar Franco, por exemplo, responderam à chamada, mas votariam contra o substitutivo Fernando Henrique Cardoso, se colocado em votação.

Realista, Luiz Henrique fez uma manobra regimental: requereu preferência ao primeiro substitutivo do relator, muito mais drástico e autoritário, certo da sua desaprovção. A lição do PMDB, ao mesmo tempo, pediu para a maioria deixar o plenário. Resultado: dos 283 que responderam à chamada de verificação de quórum, apenas 80 ficaram no plenário, meia hora depois, na votação do pedido de preferência do PMDB.

Flammarion Mossá

## Um parágrafo adia a votação

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Apenas um parágrafo de um artigo foi suficiente para adiar, pelo menos até uma semana depois do Carnaval, a votação do regimento interno para a Assembleia Nacional Constituinte, dividindo ao meio a Aliança Democrática: o parágrafo 7º do artigo 57, que prevê a possibilidade de apresentação de projetos de decisão, desde que subscritos pelo menos por um terço dos constituintes (187 parlamentares).

Toda a celeuma em torno desse parágrafo tem apenas uma razão de ser: a possibilidade aberta para que se possa emendar a Constituição vigente por um quórum de maioria absoluta (exige-se atualmente dois terços) e sem necessidade de convocação do Congresso Nacional. A possibilidade aberta a várias interpretações, deve-se, segundo os críticos desse tipo de projeto, ao texto vago dado pelo relator do regimento, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

Segundo o texto de Fernando Henrique Cardoso, na segunda versão do regimento, "Os projetos de decisão destinam-se a regular matéria de relevância para a Assembleia Nacional Constituinte, não compreendida nas demais propostas, necessitando ter o apoio de um terço dos constituintes, e serão submetidos a parecer prévio da Comissão de Sistematização, que o fará no prazo de cinco dias, cabendo ao plenário, em dois turnos de discussão e votação, e por maioria absoluta, a deci-

são final, sendo arquivado, definitivamente, se receber parecer contrário".

Na interpretação dos políticos do PFL e do PDS, por exemplo, essa redação pode facultar tudo à Constituinte, desde revogar as medidas e o estado de emergência e o decreto-lei, como restabelecer suas prerrogativas e até mesmo mexer no mandato do presidente Sarney. Além do mais o projeto de decisão poderá ser usado como pressão permanente contra o governo. Isto tudo com apenas a maioria absoluta de 280 votos, que o PMDB tem de sobre (305, sendo 259 deputados e 46 senadores).

"Esse projeto de resolução é um cheque em branco dado por nós ao PMDB", adverte Amaral Neto, líder do PDS na Câmara, que se alinha entre aqueles que consideram não ser possível mudar a atual Constituição antes da vigência da próxima, e insistem no quórum qualificado de dois terços do Congresso Nacional. Como quer, por sinal, o próprio relator Fernando Henrique Cardoso.

A emenda apresentada pelo PFL tentou, segundo os líderes do partido no Senado, Carlos Chiarelli, e na Câmara, José Lourenço, resolver a questão da desconflância gerada em torno da matéria. Eles propuseram, mas não foi aceita, a seguinte emenda: "Denomina-se projeto de decisão a proposição destinada a salvaguardar a Assembleia Nacional Constituinte face à superveniência de fato novo, concreto, notório e de natureza grave que impeça o seu funcionamento".

Antônio Arrais

## PFL reafirma apoio ao governo

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

"Na Assembleia Nacional Constituinte não existe Aliança Democrática." A afirmação é do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), reafirmando a divisão entre seu partido e o PMDB. "A Aliança existe para apoiar o governo, e não o PMDB" — prosseguiu Lourenço, garantindo que os liberais continuam "apoiando firmemente o presidente José Sarney, sem as vacilações do PMDB". O deputado lembrou que o líder pemedeibista da Câmara, deputado Luiz Henrique (SC), defendeu uma linha de apoio crítico ao governo. Lourenço discorda: "Eu digo que a posição do PMDB é de crítica sem apoio".

O próprio líder do PMDB, ao contrário, acha que a Aliança Democrática permanece forte no apoio ao governo, mas tem a mesma opinião que Lourenço quanto à atuação dos dois partidos na Assembleia Constituinte. Luiz Henrique não admite, entretanto, que a Aliança Democrática tenha acabado. "Não sou tão radical para dizer isso. Reconheço que o episódio de ontem (anteontem) provocou arranhões sérios." O deputado catarinense referia-se ao desentendimento entre o PMDB e o PFL na tentativa de votação do regimento interno da Constituinte. "Este é mais um episódio entre os dois partidos que se repetirá quando da vota-

ção das questões temáticas. Isso não quer dizer, porém, que com relação à política econômica-financeira não continuemos unidos, dando apoio ao governo. A Constituinte tem características próprias" — frisou Luiz Henrique, praticamente chegando à conclusão de Lourenço, de que a Aliança Democrática não existe na Constituinte.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) foi um pouco mais longe e chegou a afirmar que na Constituinte "não existem partidos nem a Aliança". Em sua opinião, "cada constituinte tem o dever e o direito de afirmar sua independência". Na quarta-feira passada, como vários outros companheiros pemedeibistas, Roberto Cardoso Alves ficou do lado do líder do governo e da maioria, Carlos Sant'Anna, adotando, portanto, posição contrária à do líder do seu partido.

Já o deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS) acha que o afastamento entre PMDB e PFL equivale "à crise dos sete anos de casamento, embora ainda não se tenha chegado lá". Para ele, o desentendimento é natural. "É um processo normal de ajuste a uma realidade absolutamente nova que é a da Assembleia Nacional Constituinte".

### PRAXE RECUSADA

Deputados da bancada baiana do PMDB se recusam a acompanhar, como convidados especiais, o presidente José Sarney em sua viagem a

Salvador dia 7 de março, para participar da inauguração da Casa de Jorge Amado, homenagem ao escritor e amigo pessoal do presidente. Os deputados adotaram essa posição em represália ao fato de terem sido indicadas até agora duas pessoas do PFL para cargos importantes na área federal: o presidente da Chesf e uma assessoria do Gabinete Civil da Presidência da República.

Além do mais, a viagem de Sarney coincidirá com o último dia de João Durval no governo, que renunciará para não passar o cargo ao governador eleito, Waldir Pires. Os deputados baianos Jutahy Magalhães Jr., Nestor Duarte e Mário Lima comunicaram pessoalmente ao chefe do Gabinete Militar, general Bayma Denys, a insatisfação da bancada e a recusa em participar da viagem. Bayma Denys disse que não se trata de uma questão política e a bancada baiana iria ouvir ontem a opinião do governador eleito Waldir Pires, para adotar uma decisão final.

O líder do PFL, deputado José Lourenço, que também é da bancada baiana, aceitou o convite do presidente Sarney e comentou que a atitude dos pemedeibistas corresponde a falta de educação política. Sempre que viaja aos Estados, é costume do presidente da República convidar deputados e senadores da bancada, e pelo menos nos últimos anos não houve recusa dos convidados como gesto de represália política.



Na mesa, as aparências garantem que a Aliança ainda existe

## Henrique garante que o PMDB não vai recuar

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PMDB, na Câmara, Luiz Henrique, acusou o PFL de ter insistido com "caprichos" sobre pequenos detalhes de modo a inviabilizar o acordo que teria permitido a aprovação do regimento da Constituinte, e assegurou que, sozinho, o PMDB terá condições de aprová-lo na terça-feira, dia 10. Embora admitindo a possibilidade de novos entendimentos, acentuou que seu partido não voltará atrás em suas posições, esperando haver recuo por parte do PFL.

Luiz Henrique observou que a Aliança Democrática saiu muito — "arranhada" do episódio e atribuiu ao líder do PFL, deputado José Lourenço, a tarefa de "colocar cunhas no PMDB para dividir o partido", acrescentando que isso seria um desserviço ao presidente Sarney, que precisa de sustentação política. O PMDB é maioria e não vai se sujeitar à minoria da Frente Liberal, frisou Luiz Henrique, que fez críticas indiretas também ao líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, "cujo comportamento no episódio será avaliado pela bancada do partido".

O vice-líder Miro Teixeira (RJ) afirmou que o PMDB não alterará sua posição em relação ao parágrafo 7º artigo 57 com o que fora combinado

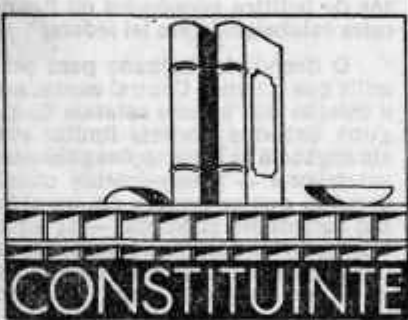
anteriormente com o próprio líder do governo. Segundo ele partiu de Sant'Anna a iniciativa de alteração posterior. Por isso o partido não foi consultado e não aceitou, disse Miro, que participou da comissão de negociação. Para Miro, o líder do governo e o PFL estão dando uma "abrangeção indevida aos temas abordados pelo parágrafo", preocupados com a possibilidade de redução do mandato do presidente Sarney, que em sua opinião "não está em debate agora".

Luiz Henrique atribuiu a ausência de mais de cem parlamentares do PMDB na votação do regimento, anteontem à noite, a uma possível distração. Isso porque todos estariam antecipadamente convencidos que a votação seria encerrada na terça-feira mesmo, e tinham já marcado passagens de volta a seus Estados para o dia seguinte. Desta forma não conseguiram desmarcar e tiveram de viajar, abandonando a votação.

### REJEIÇÃO

Deputados do PMDB rejeitam a indicação de Carlos Sant'Anna para líder do governo na Câmara, segundo revelações feitas ontem pela manhã pelo líder do partido, deputado Luiz Henrique.

"Entupiram meu gabinete, propondo que revogasse a indicação dele para líder. É certo que ontem havia um clima emocional", registrou o parlamentar catarinense.



## Ulysses dá hoje ordem de dispersar

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente Ulysses Guimarães deverá anunciar hoje ao plenário o "recesso de carnaval", que será feito tanto pela Constituinte quanto pelo Congresso Nacional durante toda a próxima semana. Grande parte dos constituintes já havia viajado ontem. Poucos estarão presentes à sessão de instalação do Congresso Nacional, às 10 horas de domingo, em pleno carnaval. A data não pode ser mudada por estar estabelecida na Constituição. Mas não haverá problema de quórum, porque será uma sessão solene, destinada a ouvir a leitura do preâmbulo da mensagem anual do presidente da República.

Ontem, Ulysses Guimarães esteve conversando com o presidente do Senado, Humberto Lucena, para acertar a questão do "recesso de carnaval". Argumentam alguns deputados, como Humberto Souto (PFL/MG) — que deverá ser eleito 1º vice-presidente da Constituinte — que esse "recesso" era mesmo inevitável, porque dificilmente os parlamentares encontrariam lugares nos aviões para voltar a Brasília na quarta ou quinta-feira.

Os deputados do PMDB paulista encontraram uma boa desculpa para se ausentarem de Brasília: a reunião da Comissão Executiva regional do partido, marcada para ontem à tarde, juntamente com o governador eleito Orestes Quêrcia. Eles argumentaram que não poderiam estar ausentes do encontro — alguns mesmo não fazendo parte da Executiva — porque tudo indicava que, na oportunidade, Quêrcia faria a divulgação de alguns ou de todos os secretários de Estado.

Muitos constituintes transitaram apressados pelo aeroporto de Brasília para garantir sua viagem, entre eles os senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, os deputados Tíde de Lima (PMDB-SP), Lélito de Souza (PMDB-RS), Jorge Uequê (PMDB-RS), Farabullini Júnior (PTB-SP), Dirce Quadros (PTB-SP), Márcia Kubitschek (PMDB-DF), foi para o Rio, Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), José Serra (PMDB-SP), José Genuino (PT-SP), Luís Ignácio Lulada Silva (PT-SP), Luiz Gushiken (PT-SP), Antônio Pereira (PMDB-SP), Roberto Torres (PTB-AL), Ayrton Sandoval (PMDB-SP), Arnold Floravante (PDS-SP) e Benedita da Silva (PT-RJ).



Benedita deixa Brasília

## Liberal diz que a hora é delicada

BELO HORIZONTE  
AGÊNCIA ESTADO

"A Aliança Democrática existe para dar sustentação ao governo do presidente José Sarney e não para acompanhar as loucuras do PMDB na Constituinte", disse ontem o presidente nacional em exercício do PFL, deputado Maurício Campos (MG), ao comentar, em Belo Horizonte, o impasse entre os partidos da Aliança gerado pela votação do projeto de regimento interno da Constituinte. Segundo ele, o PMDB neste episódio mostrou que tem "segundas intenções", que os liberais não puderam aprovar.

Maurício Campos ressaltou que a retirada do PFL do plenário, em repulsa ao projeto apresentado pelo senador Fernando Henrique Cardoso para o regimento da Constituinte, não significou, nem poderia significar o rompimento do partido com o governo Sarney. Mas admitiu que os liberais pressionam suas lideranças no sentido de caminharem para a oposição, tanto ao PMDB quanto ao governo.

Para o dirigente nacional do PFL, este inconformismo que predomina em seu partido tem justificado o adiamento da convocação de uma convenção nacional. Maurício Campos disse que tem "andado por todo o País" procurando tranquilizar seus partidários e, neste trabalho, está "convocando até mesmo ministros do PFL". "É preciso mostrar aos companheiros que o momento é delicado, que necessitamos de melhores avaliações antes das decisões", salientou.

Já o deputado federal Mário Assad (MG), coordenador da bancada do PFL na Câmara para assuntos constitucionais, acusou o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, de "atuar como presidente do PMDB e não da Câmara e da Constituinte". Segundo Assad, também no episódio da votação do projeto de regimento, "Ulysses não foi confiável".